

Brasil pode voltar à moratória

Se um acordo com os bancos credores não surgir até o fim do mês, será suspenso o pagamento dos juros

O ministro da Fazenda, Maílson da Nóbrega, disse, ontem, no Rio, que o Brasil vai pagar os juros da dívida externa correspondente a março, tal como fez em relação a janeiro e fevereiro deste ano, mas suspenderá o pagamento se não obtiver um acordo com os credores até o final deste mês. "O Brasil não levantou formalmente a moratória", disse Maílson da Nóbrega. "Estamos dispostos a pagar março. Se não chegarmos a um acordo, em abril não continuaremos a pagar."

O ministro fez essas afirmações em entrevista logo após almoçar com os membros da Associação dos Correspondentes Estrangeiros na sede da Confederação Nacional de Comércio. Durante o almoço, segundo um dos participantes do encontro, o ministro manifestou sua preocupação com o nível das reservas do País, caso não consiga dinheiro novo por parte dos bancos. De acordo com essa fonte, o ministro teria deixado claro que, de imediato, não há maiores problemas em relação às reservas brasileiras de divisas, mas a situação poderia complicar-se se os bancos não liberarem novos financiamentos. Maílson da Nóbrega disse, também na entrevista, que uma equipe conjunta do Ministério da Fazenda e da Seplan continua trabalhando na elaboração do programa a ser apresentado ao Fundo Monetário Internacional como parte da estratégia de normalização das relações do País com o sistema financeiro internacional. "O apoio do FMI é importante para que tenhamos acesso a novos financiamentos."

ESTRATÉGIA

Durante a sua curta entrevista na CNC, o ministro da Fazenda deixou claro que a estratégia brasileira de negociação da dívida continua sendo a de pagar os encargos financeiros devidos, à medida que a negociação com os bancos credores vá avançando, sem, entretanto, afastar a possibilidade de voltar à moratória. Segundo o presidente da Associação dos Correspondentes Estrangeiros e representante da revista norte-americana *Newsweek* no Brasil, Mac Margulie, o ministro descartou a política de enfrentamento com os credores nas respostas às perguntas dos correspondentes, que versaram principalmente sobre a dívida externa. Mas ao mesmo tempo — conforme o relato de Margulie — o ministro enfatizou a necessidade



Fernando Pimentel - 13/01/88

Maílson disse aos correspondentes estrangeiros que está preocupado com as reservas.

de o Brasil obter dinheiro novo dos bancos credores.

SALÁRIOS

Na entrevista com os jornalistas brasileiros, Maílson da Nóbrega voltou a negar a possibilidade de congelamento da URP. "Há um mal-entendido", disse o ministro. "Depois daquela proposta, estamos meramente procurando alternativas que permitam ao governo situar as despesas de pessoal em nível adequado às possibilidades de pagamento do Tesouro."

O ministro da Fazenda também

explicou que o governo não pretende adotar o redutor de preços e salários proposto pelo ex-ministro Mário Henrique Simonsen. Segundo Maílson da Nóbrega, a proposta do redutor apresenta diversas vantagens, mas também pode criar algumas dificuldades financeiras e jurídicas. Na área financeira, segundo o ministro, a aplicação necessariamente generalizada de um redutor poderia provocar um deslocamento brusco das aplicações financeiras para ativos não financeiros, tais como o ouro e o dólar e bens de consumo. Na área jurídica, haveria dificuldades legais para a aplicação do

reductor aos salários, que teria de ser submetido ao Congresso Nacional. O ministro insistiu em que não há intenção de reduzir os salários — especialmente no setor público —, mas de encontrar fórmulas para reduzir a despesa pública. O ministro também respondeu às declarações do presidente da CGT, Joaquim dos Santos Andrade, de que não recebe o dirigente sindical, embora a audiência já tenha sido pedida há três meses. "Vou recebê-lo", garantiu. "Tem muita gente na fila para entrar em contato comigo, inclusive a minha mulher".

(Rio/Agência Estado)